

Nova política indigenista sofre críticas antes de ser divulgada



Roberto Jayme

RAQUEL ULHÔA
Da Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, recebeu ontem o relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado pelo presidente Fernando Collor para propor uma nova política indigenista para o país. O documento, mesmo sem ter sido oficialmente divulgado, já foi criticado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por outras 10 entidades ligadas à questão indígena.

As propostas não obtiveram consenso nem mesmo dentro do GTI. O relatório foi entregue ao ministro sem a assinatura do representante da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Jorge Terena —o único índio da comissão.

O GTI propõe, em seu relatório, uma inversão do que a legislação em vigor determina sobre a relação entre Estado e índios. Atualmente, o índio é tutelado pela União e essa tutela é exercida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O órgão deve intermediar qualquer ato praticado entre o índio e grupos estranhos à sua comunidade. Cabe ao índio requerer sua emancipação na Justiça. O GTI propõe o contrário: que o índio seja automaticamente emancipado, ao atingir determinadas condições que serão regulamentadas por lei, mas tem o direito de optar pela manutenção da tutela, também na Justiça.

Para 10 entidades ligadas à questão, inclusive a União das Nações Indígenas (UNI) e o Núcleo de Direitos Indigenistas (NDI), essas recomendações sobre tutela são "inaceitáveis" e pressupõem "que todos os grupos

indígenas existentes no Brasil hoje estariam em condições de entender e manifestar sua vontade sobre esta questão, o que é absolutamente irrereal".

A proposta do GTI em relação à regularização das terras indígenas também é criticada pelas entidades. "Ao invés de simplificar e agilizar as ações do governo, complica. Agravando o imobilismo e compromete o cumprimento dos dispositivos constitucionais", diz a nota. A comissão sugere que o governo crie um grupo de trabalho para estudar os processos de demarcação existentes e dê prazo para que os "interessados" se manifestem sobre eles.

Segundo o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, o objetivo era dar maior "transparência" ao processo demarcatório. Para as entidades que criticam o relatório, essa proposta "contraria a própria Constituição que considera nulos os interesses incidentes sobre as áreas indígenas".

O representante da Secretaria do Meio Ambiente, Jorge Terena, não assinou o relatório, mas participou da entrega do documento no gabinete do ministro da Justiça.

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, chegou a enviar propostas alternativas ao documento —em relação à tutela, questão fundiária e reformulação da Funai—, que não foram aceitas.

O Cimi também protocolou, ontem, uma proposta de política indigenista no Ministério da Justiça. Propõe a extinção da tutela e também discorda da proposta do GTI sobre demarcação de terras.

Entidades contestam projeto do governo

Da Reportagem Local

Dez entidades de proteção às populações indígenas divulgaram nota contestando as conclusões do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), entregue ontem ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

O GTI, formado por 11 órgãos governamentais, foi criado em junho para propor medidas visando tornar mais efetiva a atuação do governo federal na preservação dos direitos indígenas.

As críticas contra o relatório do GTI são endossadas pela União das Nações Indígenas (UNI), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Núcleo de Direitos Indigenistas (NDI), Comissão pela Criação do

Parque Yanomami (CCPY) e mais seis entidades.

A nota conjunta avalia que o governo Collor, "após vários meses de imobilismo" em relação à política indigenista, criou o GTI. Várias organizações receberam convites via telex para opinar sobre a questão: "Agora, ao tomar conhecimento do relatório final, estranhamos a preocupação daqueles que o elaboraram de citar nominalmente todas as organizações sem incorporar nem explicar a exclusão das propostas apresentadas", diz a nota.

Carlos Alberto Ricardo, 40, da Cedi, afirmou que o relatório do GTI quer dar a entender que houve um "grande consenso".

A nota destaca três críticas que

"configuram o imobilismo na regularização das terras indígenas". A primeira refere-se à necessidade de divulgar, por duas vezes, a decisão sobre sua demarcação, para manifestação de "possíveis interessados".

A nota qualifica a proposta de "leilão das áreas indígenas": "A nova sistemática deixa clara a intenção de abrir espaços para interesses contrários se manifestarem nos 'intervalos' da tramitação do processo de decisão". Segundo André Villas Boas, 34, da Cedi, os indígenas tem "direitos originários" sobre a terra.

O segundo ponto contestado diz respeito ao prazo de um ano para adequação de todos os processos de demarcação em curso às exigências da nova sistemática. Isso

já foi utilizado pelos governos anteriores para obstruir a tramitação dos processos, segundo as entidades. "Existem hoje centenas de processos absolutamente prontos, em condições de serem analisados e referendados, dependendo somente de vontade política para apreciá-los", diz a nota.

As entidades também criticam as recomendações do GTI sobre a tutela, ao procurar "estabelecer um mecanismo automático de emancipação dos grupos indígenas, considerando-os emancipados caso não se manifestem expressamente em contrário". Para Villas Boas, "isso é um absurdo porque há grupos indígenas em que ninguém fala português e vão ser automaticamente emancipados, sem poder contestar".